



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

Órgão do Partido Operário
Revolucionário

Membro do Comitê de
Enlace pela Reconstrução
da IV Internacional

www.pormassas.org
facebook - massas.por

100 mil mortos - a maioria de pobres e miseráveis Fracassa a política burguesa do isolamento social Dia Nacional de Luto não serve à luta pelos empregos, salários, direitos e saúde pública

7 de agosto de 2020

Estava claro que o “Dia Nacional de Luta em Defesa da Vida e dos Empregos” era mais um blefe da burocracia sindical. No entanto, foi pior ainda do que esperávamos. Não moveu uma só palha contra as demissões, desemprego, subemprego, miséria e fome. Os discursos mais radicais na Praça da Sé, em frente aos Correios e em alguns locais de trabalho se perderam em meio ao luto e às cruzes. Os discursos indignados de dirigentes da CUT, CTB, CSP-Conlutas, entre outros, contra o “genocida” Bolsonaro mal escondiam o imobilismo, a falta de vontade de organizar a luta e a passividade diante da terrível situação de desemprego, queda da massa salarial e destruição de condições elementares de trabalho. Esses dirigentes usaram a simbologia religiosa do luto, para esconder sua capitulação à política burguesa do isolamento social.

O poder econômico, governo federal, governadores e Congresso Nacional, há semanas, acabaram com o isolamento social parcial, mesmo sabendo que a contaminação e as mortes causadas pela pandemia continuavam em alta. As fábricas voltaram a funcionar, o comércio foi reaberto, os serviços retomaram suas atividades - somente faltam o retorno às aulas e a reabertura de algumas instituições estatais, para que se acabe de vez com o isolamento social. Milhões de trabalhadores não puderam voltar aos seus postos de trabalho porque foram demitidos. Os transportes coletivos se normalizaram, superlotando-se diariamente no quadro em que a pandemia atingia a marca de 100 mil mortos. Essa é a realidade do País.

Os burocratas, porém, continuam em quarentena sindical, e, parte deles, gritando por uma “quarentena geral de 30 dias”, com garantia total de salário e direitos. Enquanto isso, o desemprego golpeia mais da metade da força de trabalho do país. Organismos de pesquisa da burguesia lamentam o

recorde de 77,8 milhões de pessoas, que nem trabalham, nem procuram emprego. A maioria oprimida do país está diante de uma catástrofe histórica, e os burocratas sindicais, bem como partidos o PT, PCdoB, PSOL e PSTU recorrem à simbologia do luto. E dizem que não é hora de ganhar às ruas, mas de se manter presos a uma quarentena, que já não existe e que não mais voltará, mesmo que a pandemia continue a ceifar mais de mil vidas diariamente. Fazem um dia de luto com carreatas, aparição on-line, discursos de indignação em algumas fábricas e atos minguados, como o da Praça da Sé.

Os burocratas dizem que enquanto Bolsonaro estiver no poder, “as pessoas vão continuar morrendo e ainda ficar sem direito assegurado, sem saúde, sem educação, sem emprego e sem dignidade”. Dizem que é preciso livrar o país com o impeachment de Bolsonaro. Os mais radicais pensam que com a bandeira do “Fora Bolsonaro e Mourão” se caminha para derrubada do governo. Todas essas variantes se colocam sob a bandeira do impeachment. É essa política oposicionista que tem limitado as manifestações à simbologia do luto.

Os burocratas da CUT e CTB, principalmente, se guiam pelos cálculos eleitorais, expressando a oposição burguesa encarnada pelo PT. Aqueles que não têm como fazer cálculos eleitorais, são seguidistas. Se os explorados dependerem da queda de Bolsonaro para deixarem de morrer e não mais perderem direitos, estão condenados a uma longa espera. E se dependerem de um novo governo, continuarão sujeitos à política burguesa imperante. Essa posição é, flagrantemente, oposta à política e às necessidades da classe operária e demais explorados.

A tarefa do momento não é esperar a mudança de governo. Mas organizar um movimento que unifique os explorados em defesa de reivindicações absolutamente claras e

diretas. O plano de reivindicações corresponde à defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública. É por essa via que as centrais e sindicatos, bem como as forças políticas que se reivindicam dos explorados, poderiam e podem cumprir seu dever classista. Não o fazem porque estão sob a política da oposição burguesa, e se utilizam da propaganda do impeachment para se potencializar eleitoralmente. Assim, não têm interesse em confrontar não só o governo, mas também a burguesia, levantando os explorados em defesa dos empregos e salários. Recorrem à panaceia do luto e da homenagem aos 100 mil mortos. Essa diretriz do dia 7 de agosto impossibilitou a agitação e propaganda entre os empregados e desempregados, para lhes dar um norte de organização independente e combate coletivo, na situação em que predomina o temor combinado à pandemia e ao desemprego.

A burocracia sindical se valeu da pandemia para utilizar a bandeira demagógica de salvar vidas. A vida dos explorados, a depender dessa posição, no entanto, podia muito bem ficar ao encargo dos governantes e da burguesia, que aplicariam o remédio científico do isolamento social. Ao se agarrar ao mastro dessa bandeira, a burocracia se submeteu à política burguesa e ao poder econômico. Eis por que continua protestando contra a quebra do isolamento social, sem mobilizar as massas.

A impotência da burocracia sindical e das correntes que a ela se adaptaram se manifestou na bandeira contraditória de *“Dia Nacional de Luto, e de Luta”*. Se há luto, não há luta. O luto tem por conteúdo o oposicionismo pequeno-burguês à política de Bolsonaro, que foi momentaneamente contrária à da maioria dos governadores, que optaram pelo isolamento social parcial. Como Doria e os próprios governadores do PT e do PCdoB passaram a flexibilizar o isolamento social, e como a pandemia continua fazendo milhares de vítimas, as centrais recorreram à simbologia do luto, para atingir eleitoralmente Bolsonaro e criticar a inconsistência dos governadores, especialmente Doria. Essas direções não podem reconhecer que a falência do isolamento social não se deve às divergências científicas, mas às suas consequências econômicas, que a burguesia não pode arcar por muito tempo sem atacar mais profundamente os explorados, como atacou com as demissões e a redução salarial. Há um limite tanto para a perda de lucratividade, a quebra de setores mais débeis, quanto para os ataques à vida das massas em um curto lapso de tempo.

As direções sindicais e políticas - mesmo as que se dizem revolucionárias, socialistas -, adaptadas ao capitalismo, não poderiam admitir que somente a classe operária na produção social e organizada para se defender teria como dar uma resposta distinta à dos governantes. No momento em que se começou a romper o isolamento e uma parcela crescente veio a se juntar à outra parcela que se manteve trabalhando todo o tempo, as direções não se dispuseram a preparar o retorno. Portanto, não convocando as assembleias, não formando comitês de base, não estruturando campanhas pelos empregos e salários, bem como não unindo desempregados e empregados. Ao contrário, ficaram de braços cruzados assistindo ao

fluxo gigantesco das massas ao trabalho e, de fora, gritando pela manutenção do isolamento social.

A explosão do movimento de rua nos Estados Unidos indicou o caminho a ser percorrido, isso em um país que lidera mundialmente o número de mortos. No Brasil, a burocracia continuou servindo de freio e instrumento da burguesia para manter entre os explorados o temor da contaminação e demissões. Apoiou-se no atraso político e organizativo da classe operária, bem como nos seus temores, justificáveis nas condições de desorganização e de impotência. É sobre essa base que as direções recorreram ao luto e não à luta.

As multinacionais do setor automobilístico aproveitaram a pandemia para recrudescer a ofensiva contra os operários. A demissão de 747 metalúrgicos pela Renault, em São José dos Pinhais/PR, levou à assembleia massiva e à greve. Se os operários não se lançassem ao movimento coletivo, não teria sido possível ganhar a causa na Justiça do Trabalho, impetrada pelo sindicato. Sabemos que a montadora poderá reverter a decisão, usando seu poder sobre o governo e o judiciário. Essa vitória poderia e poderá se consolidar se as centrais e sindicatos organizarem um amplo movimento nacional contra as demissões e o desemprego. Se o dia 7 de agosto tivesse mobilizado massivamente em todo o país os empregados e desempregados, sob a bandeira dos empregos e salários, teria dado força à luta na Renault, que não se encerrou. Mais ainda, teria respondido aos planos de demissão na Ford/Bahia, Embraer, Petrobras, Latam, etc. Ocorre que os capitalistas e governo ficaram satisfeitos com o Dia Nacional de Luto e seus atos simbólicos. A política de conciliação de classes e seus meios não impõem medo aos escravizadores do povo.

As correntes de esquerda, que procuraram criar a falsa imagem de que o dia 7 de agosto serviu aos propósitos da defesa da vida e dos empregos, não fazem senão se arrastar por detrás da política do PT, PCdoB e PSOL. A vanguarda com consciência de classe deve rejeitar a farsa do Dia de Luto como sendo de luta. O POR continua com sua campanha por um verdadeiro Dia Nacional de Luta pelos empregos, salários, direitos e saúde pública. Mantém a explicação de que a classe operária e demais explorados necessitam dar um primeiro passo de resistência às condições sanitária que as desprotegem da pandemia e às consequências econômicas, que se manifestam nas demissões em massa e no agigantamento do desemprego. Reafirma que somente a classe operária na produção social tem como se levantar organizadamente contra o governo Bolsonaro, os capitalistas e o imperialismo. Assim que voltarem a confiar em suas próprias forças, os explorados se libertarão do temor de qualquer espécie.

Por um verdadeiro Dia Nacional de Luta, que una empregados e desempregados, e que dê um passo no caminho da reorganização do movimento independente!